



A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM ASSENTAMENTOS DO SUL DO PARÁ: BREVE ANÁLISE DO CENSO ESCOLAR

Leandro Ferreira da Silva¹
Allan Rocha Damasceno²

Eixo: Educação Especial e suas interfaces com a educação no campo
Comunicação Oral

RESUMO

Este trabalho busca caracterizar as políticas públicas que trabalham a interface entre a Educação Especial e a Educação no Campo, identificando na base dos dados do Censo Escolar a inclusão de estudantes público alvo da Educação Especial que vivem e estudam em projetos de assentamentos da reforma agrária localizados na região Sul do Pará. Em um contexto da Amazônia Paraense, a Educação Especial no Campo tem uma grande relevância, principalmente por estar em uma região de perfil agrário. A região do Sul do Pará é composta de 15 municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara (IDESP, 2013), e abriga uma população de 510.722 habitantes (IBGE, 2014) e possui uma das maiores áreas de projetos de assentamentos de reforma agrária no Brasil. No Sul do Pará convivem 167 projetos de assentamentos de reforma agrária, com mais de 28 mil famílias assentadas (INCRA, 2016). Nesse contexto, este estudo se baseou na Teoria Crítica e seus fundamentos, nesse sentido nos ancoramos no principal interlocutor dessa corrente, Adorno. Os instrumentos e procedimentos de coleta de dados que serão destacados no presente trabalho são as legislações da Educação Especial e da Educação do Campo, dados do Censo Escolar de 2015, visitas às escolas, além do uso do software SPSS (Statistics Syntax Editor), ao qual, se extraiu os indicadores educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Espera-se que este estudo possa contribuir no desenvolvimento de ações e fortalecimento da educação inclusiva no contexto rural do Sul do Pará.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação do Campo; Assentamentos; Sul do Pará.

¹ Mestrando em Educação Agrícola pela UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Técnico em Assuntos Educacionais no IFPA – Instituto Federal do Pará/Campus Conceição do Araguaia. Contatos: ferreira.leandro@ifpa.edu.br / leandrosuperbio@gmail.com

² Doutor em Educação/UFF. Professor Adjunto do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, atuando no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ) e no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Contatos: lepedi-ufrrj@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Presenciamos nos últimos anos políticas públicas inclusivas que culminaram com o aumento do número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial, em todas as etapas da educação, da Educação Infantil ao Ensino Superior. A inclusão das pessoas com deficiência é hoje um tema debatido em todo mundo, e no Brasil essa discussão tem se ampliado consideravelmente. Para Silva (2008, p. 91):

Ao analisar os aspectos históricos da apreensão de pessoas com deficiência e da educação especial, a história nos revela a variedade de crenças e concepções ligadas ao tratamento dessas pessoas. A sociedade e os povos, como a história vem registrando, apontam, demonstram, avisam, rotulam, estigmatizam a sociedade de forma a impulsionar o preconceito contra as pessoas com necessidades educacionais especiais.

No entanto, esta mesma sociedade que historicamente excluiu os “diferentes”, contraditoriamente materializa na contemporaneidade resistências em prol da equidade de oportunidades para os que foram segregados. A Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990); e a Declaração de Salamanca (1994), são exemplos de esforços coletivos no que se refere à instauração/materialização do direito à educação para todos no mundo inteiro.

Segundo a última pesquisa levantada pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil há 190.755.799 brasileiros. Ao se referir as pessoas com deficiência, 16,28% da população brasileira revela ter alguma especificidade seja de natureza visual, auditiva, motora, mental/intelectual, ou seja, aproximadamente 16 milhões de pessoas. (BRASIL, IBGE, 2010)

Dentro desse contexto, está a escola, um dos espaços mais importantes para a formação e conscientização do potencial das pessoas necessidades específicas. As pesquisas em Educação Especial vêm revelando que não é a escola que está inapta para receber uma pessoa que tem diferença significativa. A escola brasileira, como um todo, vem se revelando inapta para atender às demandas dos alunos. Mesmo aqueles que não têm deficiência, de uma maneira geral, mas também aqueles que têm potenciais distintos e suas demandas são invisibilizadas. As escolas trabalham



na perspectiva da homogeneidade, todo mundo aprende do mesmo jeito, ao mesmo tempo, da mesma maneira e da mesma forma. Quem tem uma diferença significativa, independente dessas diferenças estar presente ou não num cenário da pessoa com deficiência, é alijado, é marginalizado.

Nas últimas décadas, presenciamos um aumento de inúmeros dispositivos legais com vistas ao fortalecimento e efetivação das políticas públicas na orientação inclusiva da Educação Especial. Isso se revela na evolução do aumento de matrícula.

Segundo dados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP), no tocante a matrícula da Educação Especial, desde 1998, observa-se um crescimento de matrículas de estudantes com deficiência. Nos anos de 2002 a 2005 presencia-se um crescimento de 42%, nos anos seguintes, por exemplo, de 2009 a 2010, houve um aumento de 10%. O impacto no crescimento dessas matrículas, se revela nos dados dos três últimos Censo Escolar de 2013, 2014 e 2015.

O fortalecimento dessas políticas se deve ao fato do aprimoramento das ideias e da construção de uma orientação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2008, p.10) afirma:

A Educação Especial é uma modalidade da educação, que deve perpassar todos os seus níveis de ensino, ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e destina-se às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial vem ocorrendo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, ou seja é real e crescente a presença destes alunos em escolas regulares.

Nesse contexto, infere-se sobre o desafio de incluir estes alunos com todas as suas especificidades e limitações, com destaque as barreiras urbanística, arquitetônica, atitudinais ou de comunicação. Interessante que ao analisar os microdados do Censo da Educação Básica, observamos a existência dos estudantes que residem e estudam no campo. Inferimos a seguinte pergunta: O que apontam as pesquisas em relação a(s) interface(s) entre a Educação Especial e a Educação do Campo?



A Educação do Campo destina-se à população rural como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombos, caiçaras, indígenas e outros. Tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. Assim como, estar vinculada às peculiaridades da vida rural de cada região do país (BRASIL, 1996; 2008b, p.1-3)

A Educação do Campo vem reivindicando nas últimas décadas, através dos movimentos sociais e das amplas discussões no âmbito educacional, uma educação específica para as populações do campo, que de acordo com a o art. 28 da LDB 9394/96 (BRASIL, 2001a), promova as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, de forma que os conteúdos curriculares e as metodologias atendam às reais necessidades e aos interesses dos alunos da zona rural (CALDART, 2003).

A Educação do Campo está comprometida politicamente com as populações do campo, buscando construir uma ponte entre o homem e o meio ambiente em que ele está inserido, respeitando a diversidade de vida em todas as suas formas.

São escassas as pesquisas de Educação Inclusiva voltadas para a população do campo, que carece de uma educação que levem em conta as especificidades históricas, políticas, culturais, além de seus interesses e desenvolvimento econômico e sociocultural, oportunizando uma vida digna, garantindo o direito de permanecerem no campo se assim desejarem. A compreensão do campo (sua história, valores, cultura, saberes, sujeitos e processos específicos de produção e manutenção da vida) precisa ser assumida pela escola como fonte de estudo e conhecimento. Levantamentos do último Censo Demográfico de 2010 (IBGE), apontam que 15,63% da população brasileira vivem no campo.

A partir dos últimos levantamentos de censo demográfico, sabe-se que a maioria de pessoas com deficiência no país ainda vive sem acesso à educação, sendo que com a precárias condições de vida no campo esse acesso é ainda menor. (CAIADO; MELETTI, 2011, p.96)

Nessa perspectiva, a problemática desta pesquisa relaciona-se sobre a Educação Inclusiva, em particular sobre dois temas: A Educação Especial e a Educação do Campo, que desvelam suas particularidades, mas suas interfaces



apresentam relevância ao se constatar que essas modalidades tiveram escassa atenção do poder público, reveladas pelo histórico descaso de ausência/incipiência de políticas públicas para as populações do campo e às pessoas com deficiência.

[...] a impossibilidade de participação social que as pessoas com deficiência enfrentam não se justifica pela deficiência em si. Essa impossibilidade, traduzida muitas vezes por incapacidade, é resultado das barreiras sociais a que diuturnamente estão expostas. Esse quadro se torna mais complexo ao pensarmos nas precárias condições de vida que enfrentam os que vivem no campo. Na ausência de Políticas Públicas para a população do campo, seja em educação, saúde, transporte, moradia e trabalho, revela-se o impedimento de pessoas com deficiência viverem com dignidade e participarem da vida social (CAIADO; MELETTI, 2011, p.102)

Em recentes pesquisas revelam que a relação entre a Educação Especial e a Educação do Campo ainda precisa/necessita ser aprofundada, considerando um silêncio histórico de produção científica nos grupos de pesquisas relacionadas a essa temática. Segundo as autoras, trabalhar a interface entre essas duas grandes áreas é um desafio, levando-se em conta que recentemente a Educação Especial e a Educação do Campo foram consideradas como um direito social.

Os dispositivos legais da relação entre a Educação Especial e a Educação do Campo se encontram em vários documentos, tais como:

- As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), estabelecem que:

Art.2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

- A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) afirma que:



A interface da Educação Especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos, construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008a, p.17)

- Documento da Conferência Nacional de Educação³ (BRASIL, 2010a), no eixo intitulado “Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade” afirma que na construção de um sistema nacional articulado de educação são necessárias ações referentes às questões étnico-racial, indígena, do campo, das pessoas com deficiência, educação ambiental, crianças e adolescentes e jovens em situação de risco, educação de jovens e adultos e educação profissional. Quando se refere a Educação do Campo e a educação indígena há metas como:

m) Estimular a interface da Educação Especial na Educação do Campo, a fim de assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desse segmento. (p.137)

OBJETIVOS

Caracterizar as políticas públicas que trabalham a interface entre a Educação Especial e a Educação no/do Campo, identificando na base dos dados do Censo Escolar a inclusão de estudantes público alvo da Educação Especial que vivem e estudam em projetos de assentamentos da reforma agrária localizados na região Sul do Pará.

METODOLOGIA

A fundamentação teórico-metodológico se estrutura com base na Teoria Crítica da Sociedade. Nesse sentido, recorreremos ao pensamento de Theodor Adorno, que se

³ Evento que discutiu Políticas para o Plano Nacional de Educação (PNE), que vigorará no período entre 2014 a 2020, que foi sancionado pela Presidente Dilma dia 25 de junho de 2014.



constitui no próprio método da pesquisa, ou seja, os dados levantados dos indicadores oficiais foram analisados e discutidos considerando o pensamento do filósofo citado. Pois, para a Teoria Crítica não há cisão entre método e pesquisa, a própria teoria se constitui como método basilar do presente trabalho. Deste modo, é “partindo da Teoria para entender a Práxis, retornando à primeira para construir conhecimento [...] uma vez que Práxis e Conhecimento são indissociáveis” (DAMASCENO, 2010, p.127)

Os indicadores educacionais do registro de estudantes público alvo da Educação Especial no Campo em Conceição do Araguaia/PA foram analisados por meio do microdados do Censo da Educação Básica. Para tanto com a utilização do software SPSS (Statistics Syntax Editor), extraímos os dados estatísticos-educacionais que são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação. No universo das necessidades educacionais especiais, os dados levantados foram relativos às matrículas dos alunos público alvo da Educação Especial, a saber alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação das escolas localizadas nas áreas de distritos rurais de Conceição do Araguaia/PA, no período de 2014 e 2015. Em seguida foram feitas visitas às escolas do campo no sentido de detectar se os dados inseridos no Censo Escolar conferem com a realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os indicadores educacionais da Educação Especial no ano de 2015, por meio dos microdados do Censo da Educação Básica realizado pelo INEP, observamos que 13,14% dos estudantes público alvo da Educação Especial no Brasil estudam nas escolas do Campo.

Tabela 1 - Matrículas da Educação Especial por etapa de ensino no Brasil - 2015

Matrículas da Educação Especial / BRASIL



Censo da Educação Básica 2015						
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Total	%
Zona Urbana	40.191	496.885	57.117	53.166	647.359	86,86%
Zona Rural	4.781	84.338	2.124	6.761	98.004	13,14%
Total	44.972	581.223	59.241	59.927	745.363	100%

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Básica: microdados, 2015.

O contexto da Educação Especial em escolas do campo ganha ainda maior relevância na Amazônia, pelo seu contexto regional, geográfico e político, e especialmente no estado do Pará. A Amazônia Paraense está localizada no extremo norte do país, o segundo maior estado em termo de extensão territorial do Brasil. Se caracteriza como o estado mais rico e populoso da Região Norte, com uma população estimada em 8.175.113 habitantes, onde 68% da sua população residem na zona urbana e 31,5% na área rural. Comparando com a média nacional, o estado possui um índice populacional de pessoas residindo no campo elevado, o que caracteriza como um estado com perfil agrário, onde residem diversas populações tradicionais como: indígenas, quilombolas e camponesas.

O Pará é um estado marcado por conflitos agrários, na luta pela propriedade de moradia, esta região concentra o primeiro lugar em casos de morte por disputas de terra no país.

No campo, historicamente, a distribuição desigual de terras desencadeou conflitos que envolvem a violação de direitos das populações do campo que vivem em condição de exclusão, contra qual lutam de forma organizada em movimentos sociais. (BRASIL, 2013)

Analisando os microdados do último Censo da Educação Básica do estado do Pará, realizado no ano de 2015, podemos observar que do total de matrículas, cerca de $\frac{1}{4}$ e/ou 25,80% dos estudantes público alvo da Educação Especial estudam nas escolas do campo, superando a média nacional de 13,14%.

Tabela 2 - Matrículas da Educação Especial por etapa de ensino no Pará -2015



Matrículas da Educação Especial / PARÁ Censo da Educação Básica 2015						
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Total	%
Zona Urbana	1.196	17.533	860	2.520	22.109	74,2%
Zona Rural	434	6.735	40	482	7.691	25,8%
Total	1.630	24.268	900	3.002	29.800	100%

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Básica: microdados, 2015.

A região do sul do Pará é composta de 15 municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara (IDESP, 2013). A região abriga uma população de 510.722 habitantes (IBGE, 2014) e ocupa uma área de 174.051,89 km², o que corresponde a 13,59% do território paraense.

Segundo o painel de assentamentos do INCRA, existem atualmente 167 projetos de assentamentos da reforma agrária no Sul do Pará, onde residem 28.246 famílias assentadas nesta região (INCRA, 2016). Abrange uma superfície de quase 2 milhões de hectares, e é constituída principalmente de pequenos produtores, posseiros, integrantes do MST, que vieram na busca de bens sociais e da exclusão social de outras regiões do país. Esta região abriga uma das maiores áreas de projeto de assentamento de reforma agrária no Brasil.

Tabela 3 – Projetos de assentamentos e famílias assentadas no Sul do Pará - 2016

PAINEL DE ASSENTAMENTOS – 03/06/2016		
Município	Projetos de assentamentos	Famílias assentadas
Água Azul do Norte	13	840
Bannach	03	685



Conceição do Araguaia	37	4.643
Cumaru do Norte	04	1.286
Floresta do Araguaia	08	1.543
Ourilândia do Norte	04	557
Pau D'arco	02	584
Redenção	11	654
Rio Maria	12	565
Santa Maria das Barreiras	19	5.095
Santana do Araguaia	18	3.087
São Felix do Xingu	18	3.882
Sapucaia	0	0
Tucumã	1	3.612
Xinguara	17	1.213
Total	167	28.246

Fonte: INCRA/Superintendência Regional de Marabá/Painel de Assentamentos, 2016.

Os assentamentos do estado do Pará correspondem a 52,5% dos assentamentos da Região Norte, são 1067 projetos de assentamentos da reforma agrária em todo o estado, com um total de 224.798 famílias assentadas. Os números de assentamentos do Sul do Pará correspondem a 15,65% dos assentamentos estado do Pará, com um total de 28.246 famílias assentadas. Ao analisar a tabela 3, o município que possui o maior número de assentamentos, e o segundo maior de famílias assentadas é Conceição do Araguaia/PA, em seguida vem com 19 projetos de assentamentos e o maior número de famílias assentadas no Sul do Pará o município de Santa Maria das Barreiras.

Com relação ao número de matrículas da Educação Especial em municípios do Sul do Pará (Tabela 4), observa-se que 22% dos estudantes público alvo da Educação Especial estão matriculados nas escolas localizadas em áreas rurais. Os dados apontam que existem municípios que concentram mais de 90% de matrículas da



Educação Especial na Zona Rural, como é o caso de Santa Maria das Barreiras/PA, que ao analisar o painel de assentamentos (Tabela 3), é o que possui o maior número de famílias assentadas.

Tabela 4 – Matrículas da Educação Especial por etapa de ensino em municípios do Sul do Pará, 2015

Município	Total Geral	Zona Urbana						Zona Rural					
		Ed. Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Total	%	Ed. Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Total	%
Água Azul do Norte	231	1	138	3	24	166	71,8	0	64	0	1	65	28,2
Banach	58	0	36	3	0	39	67,2	0	18	0	1	19	32,8
Conceição do Araguaia	244	15	173	0	14	202	82,8	0	41	0	1	42	17,2
Cumaru do Norte	18	0	9	0	3	12	66,6	1	5	0	0	6	33,4
Floresta do Araguaia	34	3	21	0	4	27	79,4	0	7	0	0	7	20,6
Ourilândia do Norte	144	11	115	0	6	132	91,6	0	12	0	0	12	8,4
Pau D'arco	34	04	22	0	4	30	88,2	0	04	0	0	0	04
						11,8							
Redenção	223	04	202	5	7	218	97,8	0	05	0	0	05	2,2
Rio Maria	35	02	25	1	3	31	88,5	0	04	0	0	04	11,5
Santa Maria das Barreiras	125	1	4	1	6	12	9,6	2	106	0	5	113	90,4
Santana do Araguaia	105	1	80	2	7	90	85,7	0	15	0	0	15	14,3
São Félix do Xingu	311	16	194	0	7	217	69,7	7	82	0	5	94	30,3
Sapucaia	56	1	33	1	19	54	96,4	0	2	0	0	2	3,6
Tucumã	94	9	70	1	5	85	90,4	0	9	0	0	9	9,6
Xinguara	173	5	139	0	10	154	89	2	17	0	1	19	11
Total	1885	73	1261	17	119	1469	77,9	12	391	0	14	416	22,1

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Básica: microdados, 2015.



Ao cotejar o ano de 2015, os dados oficiais apontam a existência de estudantes público alvo da Educação Especial em zonas rurais de todos os municípios do Sul do Pará e em muitos dessas localidades superaram a média nacional e estadual do número de matrículas dessa modalidade de ensino.

CONCLUSÃO

Uma sociedade sustentada pela lógica neoliberal, que tende a excluir aqueles que não se encaixam num padrão imposto pelo capitalismo, pessoas que são estigmatizadas socialmente, vítimas de uma herança marcada pela exclusão, filantropia e assistencialismo. Posto isto, os aspectos políticos, econômicos, culturais e sócio históricos devem ser explicitados para que tenhamos condições de compreender o processo de exclusão e principalmente o (re)conhecimento dos direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência e as populações do campo.

Pensar sobre a história da Educação Especial e a Educação do Campo é percorrer o caminho da “desbarbarização da educação”. Segundo Adorno (1995a) “a tentativa de superar a barbárie é decisiva para a sobrevivência da humanidade”, pois ao voltar-se para uma educação emancipadora poderemos avançar para construção de uma sociedade mais democrática, humana e acolhedora.

Para Adorno, uma educação emancipadora é a que rompe a “barbárie” imposta historicamente pela humanidade, sobretudo para aqueles que não se adequam ao modo de produção vigente. Dentro desse contexto, identificamos os grupos sociais vítimas históricas da exclusão, com destaque neste estudo às pessoas com deficiências que residem e estudam nas escolas do campo.

As pessoas com deficiência que residem no campo vivem em uma dupla exclusão, são excluídos porque são trabalhadores do campo, possuem todo um histórico de conflitos e marginalização, podemos citar a ausência de uma reforma agrária verdadeira, falta de políticas de incentivo para fixação do homem no campo, condições reais dignas de vida. As pessoas com deficiência que vivem nessas famílias têm sobreposto essa marginalização da condição da deficiência que fica mais



acentuada não só pelo preconceito, mas pela falta de saúde, de habitação, de transporte adequado e de escolarização. Vivem o acirramento das contradições que a luta no campo traz.

A efetivação de políticas públicas por uma Educação no Campo tem uma premissa e a singularidade de ser contextualizada em um território dos mais emblemáticas da Amazônia contemporânea: o Sul do Pará. Como fronteira de conflitos, esse território tem sido lócus propício para diversas pesquisas, que envolvem múltiplas violências: grilagem, queimadas, desmatamento, trabalho similar à escravidão, desrespeito aos povos tradicionais, assassinatos. Todos estão relacionados às injustiças sociais no campo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico*, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 11 de jan. 2016.

_____. INCRA. *Painel de assentamentos*, 2016. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 26 de ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008^a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2015

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica – 2015*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>> Acesso em: 30 jan. 2016



_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____. Ministério da Educação. *Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010)*. Brasília: MEC, 2010^a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2016

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008*. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2016

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 8 fev. 2016

CALDART, R. S. *Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção*. In. *Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas*. (Org.) Caldart, R. Salete et al. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAIADO, K. R. M; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.17, p.93-104, 2011

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. IDESP 2013. *Radar dos indicadores das regiões de integração*. Disponível em: <



http://www.fapespa.pa.gov.br/radarri/relatorios/indicadores_socias/Araguaia/Tabela1_Ar.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016

SILVA, S. G. L. *Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas às práticas pedagógicas*. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.